



Eunício assina adesão a campanha mundial contra trabalho infantil

Jane de Araújo/Agência Senado



O vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2014, Kailash Satyarthi, é recebido pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira

Presidente do Senado apoia a campanha 100 Milhões por 100 Milhões, idealizada pelo Nobel da Paz Kailash Satyarthi, que participou ontem de audiência na Casa

A inclusão do Senado na campanha mundial 100 Milhões por 100 Milhões foi assinada ontem pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira. O convite para a participação na iniciativa, um movimento internacional de combate ao trabalho infantil e à exclusão escolar, veio do criador da campanha, o indiano Kailash Satyarthi, vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2014, e do coordenador-geral da ação no Brasil, Daniel Cara, que estiveram no Congresso.

O objetivo da campanha é mobilizar 100 milhões

de pessoas a lutar pelos direitos de 100 milhões de crianças que vivem na extrema pobreza, sem acesso à saúde, educação e alimentação, em situação de trabalho infantil e insegurança. O Brasil é o terceiro país a participar da campanha.

Satyarthi participou de audiência na Comissão de Educação destinada a lançar a campanha e debater a Semana de Ação Mundial 2017, em defesa do direito à educação. O indiano defendeu os investimentos em educação como caminho para erradicar o trabalho infantil e a miséria. **8**

Relatório da reforma trabalhista é lido em mais uma comissão

Em seu relatório na Comissão de Assuntos Sociais, Ricardo Ferraz manteve o projeto da reforma trabalhista como

veio da Câmara e passou na Comissão de Assuntos Econômicos. Quatro senadores apresentaram votos em separado. **5**



Ricardo Ferraz lê seu relatório na Comissão de Assuntos Sociais

Genildo Magela/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto, que segue para promulgação

Instituto deve ajudar Mercosul a consolidar direitos humanos

O Senado confirmou ontem projeto que cria o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos. O órgão, que já existe desde 2009, mas precisava de

aprovação do Congresso, vai cooperar com os países do Mercosul na formulação e na aplicação de políticas públicas em prol dos direitos humanos. **3**

Plenário aprova acordo com Peru para integrar rede

Vai a promulgação acordo assinado entre Brasil e Peru para instalar projeto-piloto de integração das redes de telecomunicação, com política tarifária única, em cidades de fronteira: Assis Brasil no Acre e duas na província peruana de Tahuamanu. **3**

Efeito de delações da JBS será tema de audiência

A Comissão de Assuntos Econômicos vai debater o impacto das delações de executivos do grupo JBS na economia. A reunião também vai abordar medidas para reduzir prejuízos causados ao mercado de ações. **7**

Rastreamento de material radioativo vai ao Plenário **6**

Senadores se solidarizam com Miriam Leitão **3**

Nomes para Cade e CVM passam em comissão **7**

CPI quer saber sobre dívidas dos frigoríficos **4**

JOVEM SENADOR 2017

BRASIL PLURAL: PARA FALAR DE INTOLERÂNCIA

Todos os anos, estudantes de ensino médio das escolas públicas dos estados e do DF têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador.

Conheça o projeto em www.senado.leg.br/jovemsenador

Parceria:

Realização:



Eunício Oliveira (C) coordena reunião de líderes: ministro Fachin deve determinar a forma do afastamento de senador

Eunício: cabe ao Supremo detalhar situação de Aécio

Presidente do Senado disse ter informado imediatamente ao senador Aécio Neves decisão do ministro Fachin de afastá-lo da função parlamentar. Ele aguarda mais informações por falta de previsão legal

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que cabe ao ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), detalhar a extensão das medidas que devem ser tomadas pela Casa para o pleno cumprimento da decisão de afastar o senador Aécio Neves (PSDB-MG) da função parlamentar.

Eunício disse ter informado Aécio Neves do afastamento assim que recebeu oficialmente do tribunal a decisão do ministro. Para ele, no entanto, não há previsão legal sobre como o Senado deve proceder nos casos de afastamento por determinação judicial.

— Não tem previsão regimental, não tem previsão constitucional o afastamento pela Justiça. Então, cabe ao ministro Fachin determinar a forma do afastamento, não cabe a mim — afirmou.

O presidente do Senado afirmou ainda que o Brasil passa por um momento político

delicado, que exige serenidade das instituições.

— Esse é um momento de acalmar as instituições, de ter paciência, de não querer protagonismo.

Eunício afirmou que cumprirá de imediato qualquer decisão complementar que for determinada pelo Supremo.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), considerou acertada a decisão do presidente do Senado de aguardar mais informações do Supremo Tribunal Federal a respeito das medidas a serem tomadas.

— O presidente Eunício está agindo de acordo com o regimento e a Constituição. Ele está pedindo informações. Não há dispositivo constitucional que diga como deve ser um afastamento de senador. Não há esse dispositivo nem no regimento nem na Constituição — disse.

Também o senador Lasier Martins (PSD-RS) avalia que a situação é confusa e precisa

de um esclarecimento.

— O Supremo afastou através de um de seus ministros, e está afastado. A partir daí, o que falta cumprir? Essa é a pergunta que eu acho que tem razão de ser, essa é a pergunta do presidente Eunício. O que lhe resta fazer? A situação é confusa, por falta de previsão regimental — disse Lasier, após participar de reunião de líderes ontem.

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), disse que a situação “é parte de uma grande confusão”.

— Uma liminar pode afastar um senador? Qual é a previsão? Você pode, com o afastamento, prejudicar? Vazamento seletivo condenar sem culpa formada? Essa confusão lamentavelmente está sendo utilizada ora por um Poder, ora por outro. Precisa ficar claro o que cada Poder pode — disse.

(Com Rádio Senado e Assessoria de Imprensa da Presidência)

Reguffe critica tribunal por absolver chapa Dilma-Temer

Reguffe (sem partido-DF) criticou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no julgamento da chapa Dilma-Temer. Para ele, ao não encontrar problemas na campanha presidencial de 2014, o TSE perdeu a noção do que seria irregularidade.

O senador defendeu uma ampla reforma na escolha dos membros dos tribunais superiores e dos tribunais de Contas. Segundo a proposta que apresentou, os magistrados seriam escolhidos por concurso público. É inaceitável, disse ele, que o presidente escolha quem vai julgá-lo.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Para Vanessa, resultado no TSE não encerrou crise

A absolvição da chapa Dilma-Temer pelo TSE não encerrou a crise política que o Brasil enfrenta, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Ao declarar que o julgamento foi “cheio de contradições”, ela lamentou que os resultados das ações judiciais não dependam do conteúdo das provas, mas dos alvos da investigação.

Segundo a senadora, em vez de calma, o resultado trouxe à tona novos escândalos, como a denúncia de que Temer teria usado a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para acompanhar os passos de um membro do Supremo.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Capiberibe defende eleições diretas para presidente

João Capiberibe (PSB-AP) conclamou o povo a criar comitês por eleições diretas. O objetivo, disse o senador, é dar força à PEC 67/2016, que prevê eleições diretas caso haja vacância do cargo de presidente da República nos primeiros três anos de mandato.

Somente por meio do fortalecimento da democracia, afirmou Capiberibe, será possível devolver a representatividade à política. Na opinião dele, o crescente distanciamento entre a classe política e a sociedade reside no fato de que 70% dos atuais representantes no Congresso Nacional foram financiados por grandes empresas.

Congresso instala mais duas comissões de medidas provisórias

Foram instaladas ontem as comissões que vão analisar duas medidas provisórias recém-chegadas ao Congresso. A MP 782/2017 dá status de ministério à Secretaria-Geral da Presidência da República, e a MP 783/2017 institui o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert).

A comissão da MP 782 será presidida pelo deputado Laerte Bessa (PR-DF) e terá como vice-presidente o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). O relator da MP será o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e o relator revisor, o deputado Cleber Verde (PRB-MA).

A MP também dá status de ministro ao titular da secretaria, hoje cargo de Moreira Franco, o que garante a ele o foro por prerrogativa de função. Outra medida sobre o assunto (MP 768/2017) perdeu o prazo de validade por não ter sido votada a tempo.

Já a comissão responsável pela MP 783 será presidida pelo senador Fernando Bezerra Coelho. O vice-presidente será o deputado José Rocha (PR-BA). O relator e o relator-revisor serão o deputado Newton Cardoso Jr (PMDB-MG) e o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), respectivamente.

Presidente do Senado busca apoio para obras no Rio São Francisco

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou ontem de reunião com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, para pedir apoio à continuidade das obras de transposição de águas do Rio São Francisco, como forma de buscar sanar a crise hídrica no Ceará. As obras estão paradas há um ano, por irregularidades da empresa contratada.

— A empresa originariamente responsável pelas obras faliu. Foi feita uma nova licitação. As empresas vencedoras recorreram à Justiça e acabaram perdendo a ação, mas recentemente conseguiram uma liminar que paralisou toda a obra. Isso vai matar de sede cerca de oito milhões de

cearenses — alertou Eunício.

Segundo ele, Cármen Lúcia garantiu que vai ouvir o Ministério Público da União e emitir uma decisão na próxima semana. De acordo com Eunício, o grande problema da continuidade das obras é a interligação dos canais do Ceará, Paraíba e do Rio Grande do Norte.

— Sem a conclusão das obras do canal do Ceará, os demais estados vão ficar desabastecidos.

O presidente do Senado informou que o Açude Castanhão, que abastece a Região Metropolitana de Fortaleza, está abaixo do limite normal, e há a preocupação de que a água do reservatório não dure até dezembro.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDR Ministro das Cidades

9h Audiência interativa com o ministro das Cidades, Bruno Araújo, para apresentar as ações da pasta para os próximos dois anos.

CTEC Reservatórios de água

9h Votação do PLS 444/2015, que assegura o acesso a informação sobre reservatórios de água, e mais oito itens.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

9h Na pauta, o PLC 212/2015, que institui a Cédula Imobiliária Rural.

CCJ Estrangeiros nas eleições

10h Na pauta, PEC que estende a estrangeiros residentes o direito de votar e ser votado nas eleições municipais, e mais 36 itens.

CE Brasileiros no Japão

10h Audiência interativa sobre educação de filhos de brasileiros no Japão. Foram convidados representantes do Ministério da Educação e do Itamaraty.

CDH Brinquedo adaptado em shopping

11h Entre os 17 itens da pauta, projeto que propõe demandas de acessibilidade no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida e o que obriga shoppings a oferecer brinquedos adaptados.

CPI DA PREVIDÊNCIA Sindicatistas

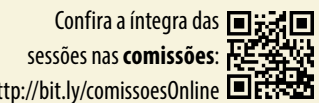
14h30 Audiência interativa com representantes de sindicatos e confederações de trabalhadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Novo instituto deve fortalecer direitos humanos nos países do Mercosul

Senado confirmou ontem projeto que cria órgão para ajudar países do bloco a debater, formular e aplicar políticas públicas específicas

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo que estabelece a estrutura do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH). O instituto tem objetivo de contribuir para fortalecer o estado de direito nos países signatários e a consolidação dos direitos humanos como eixo fundamental do Mercosul. O PDS 100/2017 segue agora para a promulgação.

A estrutura do órgão foi aprovada durante a 39ª reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão supremo do Mercosul, em agosto de 2010, em San Juan, na Argentina.

O ato internacional conta com oito artigos e define um conjunto de normas do Mercosul a serem aplicadas aos funcionários do instituto. Além disso, define que o instituto será financiado com contribuições a cargo de órgãos e repartições governamentais de cada Estado-parte.

De acordo com o relator na Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Roberto



Presidente do Senado, Eunício Oliveira (C) dirige a sessão plenária de ontem que aprovou o projeto sobre o Mercosul

Requião (PMDB-PR), o instituto deverá cooperar com os Estados-partes do Mercosul na formulação e na aplicação de políticas públicas em favor dos direitos humanos.

O órgão deve colaborar por meio da prestação de assistência técnica, da oferta de um espaço de diálogo e de troca de ideias, da promoção da harmonização normativa entre os países e do desenvolvimento

de atividades de capacitação.

O instituto já existe de fato desde 2009, mas o Congresso Nacional precisa confirmar a criação. O acordo estabelece que as linhas estratégicas de atuação serão aprovadas pela Reunião de Altas Autoridades na Área de Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul (Raadh).

O órgão diretor do instituto será o Conselho de Representantes

Governamentais, integrado por um representante governamental titular e um que se revezará no cargo, de cada país, designados para esse fim pela Raadh.

Fazem parte do Mercosul a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela. O Chile, a Colômbia, o Equador, a Guiana, o Peru e o Suriname são nações associadas ao bloco.

Senadores manifestam solidariedade a Miriam Leitão

O Plenário aprovou voto de solidariedade à jornalista Miriam Leitão, requerido por Randolfe Rodrigues (Rede-AP). A jornalista foi hostilizada por militantes do PT em voo de Brasília ao Rio de Janeiro, no dia 3. O caso foi relatado por Miriam em sua coluna no jornal *O Globo*, intitulada “Ódio a bordo”.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que a possibilidade de concordar ou de discordar é própria do sistema democrático.

— A minha solidariedade é não apenas a Miriam Leitão, mas a todos aqueles que sofram qualquer tipo de agressão ou discriminação por seus pensamentos, palavras e votos — afirmou.

Lindbergh Farias (PT-RJ) apoiou o voto de solidariedade e leu a nota oficial de Gleisi Hoffmann (PR), presidente nacional do PT, afirmando que a orientação à militância é de “não realizar manifestações políticas em locais impróprios e não agredir qualquer pessoa por suas posições políticas, ideológicas ou qualquer motivo”.

Aprovada integração de redes telefônicas na fronteira

O Plenário do Senado aprovou ontem acordo assinado entre Brasil e Peru para instalação de um projeto-piloto de integração das redes de telecomunicação na região de fronteira entre os dois países. A principal novidade do instrumento bilateral é a criação de uma política tarifária única para as cidades, que deverá ser seguida pelas operadoras de telecomunicação que

atenderem as localidades. O PDS 16/2017 segue para promulgação.

O acordo, celebrado em Lima (Peru) em 2013, prevê que o projeto-piloto, que terá duração indeterminada, será instalado nas cidades de Assis Brasil, no Acre, e Iñapari e Iberia, ambas na província peruana de Tahuamanu. De acordo com o texto, será concedido tratamento de serviço local às

ligações entre as duas cidades peruanas e a brasileira, independentemente se originadas e destinadas a telefones fixos (incluindo orelhões) e móveis. Para ligações a cobrar, a tarifa será a aplicada pelo país da pessoa que aceitar a ligação.

O instrumento bilateral determina que as companhias telefônicas deverão assinar acordos comerciais entre si para a implantação do projeto

-piloto. As companhias não poderão estender o tratamento especial tarifário a outras cidades.

O acordo será supervisionado pelos Ministérios das Comunicações dos dois países e pelas agências reguladoras. Caberá a eles criar o Comitê de Coordenação Técnica, que vai definir os protocolos técnicos da integração.

Com Agência Câmara

Projeto que cria Cédula Imobiliária Rural está na pauta do Plenário

O Plenário aprovou ontem requerimento de Ronaldo Caiado (DEM-GO) para desamparar um projeto que anistia produtores rurais pessoas físicas do pagamento do Funrural (PLS 132/2017) do projeto que institui a Cédula Imobiliária Rural (PLC 212/2015). As duas propostas tramitavam conjuntamente. O requerimento foi fruto de um acordo entre os líderes partidários. Caiado é o autor do PLS 132/2017.

Com o desapensamento, o projeto sobre o Funrural vai a arquivamento e o projeto que institui a Cédula Imobiliária Rural (CIR) passa a ser o primeiro item da pauta de hoje.

O PLC 212/2015 autoriza o proprietário de imóvel rural a

submeter sua área total ou fração dela ao regime de afetação e emitir a Cédula Imobiliária Rural. O regime de afetação permite ao produtor rural separar uma parte do seu imóvel para dar como garantia ao pedir um empréstimo. Assim o produtor não compromete toda a propriedade. A mesma separação em frações poderá ser feita para emissão de CIR, um título de crédito criado pela proposta e que poderia ser negociado na bolsa de valores.

O projeto estabelece ainda que o produtor que fizer declarações falsas ou inexatas sobre a área do imóvel lançado como patrimônio de afetação poderá ser condenado por crime de estelionato.

Instituição Fiscal alerta para risco de dívida bruta comprometer PIB

O crescimento da dívida bruta do governo pode comprometer o resultado do produto interno bruto (PIB), segundo o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto. O *Relatório de Acompanhamento Fiscal* de junho, divulgado segunda-feira, indica que, em abril, a dívida chegou a R\$ 4,55 trilhões, cerca de 71% do PIB.

— A dívida pública vem crescendo muito e, se reformas e mudanças estruturais com impacto importante sobre o gasto obrigatório não forem aprovadas, facilmente vamos migrar para um cenário pessimista, em que a dívida estoura, e continua a crescer de maneira permanente até 2030 — disse.

Os economistas da instituição apresentaram projeções sobre a dívida bruta do governo até 2030. Na visão mais otimista, a dívida corresponderia a 53% do PIB. Em um cenário pessimista, esse índice poderia chegar a 124%.

O diretor-adjunto da instituição, Gabriel Leal de Barros, também apontou que a atividade econômica é prejudicada pela excessiva carga tributária e burocracia.

— Há uma agenda microeconômica relacionada a tempo médio de abertura e fechamento de empresa e custo de cumprimento de obrigações tributárias assessorias. Tudo isso tem efeitos sobre o ritmo de crescimento na economia.

Tráfico de armas é “extremamente preocupante” no Brasil, diz Renan

Em referência à apreensão, no começo do mês, de 60 fuzis de guerra russos no terminal de cargas do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), afirmou ser “extremamente preocupante” que o tráfico internacional de armas continue em atividade no Brasil.

De acordo com o senador, a polícia suspeita que Frederik Barbieri, cidadão brasileiro, esteja por trás do ocorrido. Renan disse que Barbieri entrou e saiu do Brasil pelo menos três vezes nos últimos anos, mesmo tendo sua prisão decretada.

— Como é possível um traficante de armas de guerra, que vivia há anos nos Estados Unidos, com endereço conhecido e prisão decretada, continuar mandando armas para o Brasil, para todo o território nacional pelo aeroporto? — indagou.

Renan também disse que a medida provisória que reorganiza 70 setores da economia (MP 774/2017) vai agravar a crise econômica no país.

— A medida ainda exclui três setores sem justificativa plausível para essa exclusão.

CPI pede a frigoríficos dados sobre dívida previdenciária

Comissão também convocou executivos de empresas do setor para prestar esclarecimentos e convidou trabalhadores para audiência

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) da Previdência aprovou ontem requerimento de Lasier Martins (PSD-RS) solicitando informações aos frigoríficos JBS, Marfrig Global Foods, Swift Armour, Margen e Nicolini, sobre suas dívidas com a Previdência Social.

O senador pede aos frigoríficos que enviem à CPI documentos demonstrando a composição de seus respectivos débitos previdenciários. Também requer informações sobre os montantes das dívidas discutidas nas esferas judicial e administrativa.

A comissão aprovou ainda convite a representantes de sindicatos de várias categorias de trabalhadores e de indústrias para participar de audiência pública. Serão convidados ainda professores e especialistas para falar sobre as estimativas populacionais



Lasier Martins, Telmário Mota e João Capiberibe na CPI da Previdência

adotadas pelo governo federal para calcular a situação das contas da Previdência.

A CPI aprovou também requerimento do senador Hélio José (PMDB-DF) convocando executivos dos frigoríficos

Nicolini e Margen para prestar esclarecimentos sobre as dívidas previdenciárias dessas empresas.

A convocação ocorreu devido ao não atendimento de convite feito anteriormente.

Lindbergh quer devolução de MP sobre secretaria

Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu ontem a devolução da Medida Provisória 782/2017, que deu status de ministério à Secretaria-Geral da Presidência da República. A MP também confere status de ministro e foro privilegiado

ao titular da pasta, hoje Moreira Franco, investigado na Operação Lava Jato.

Para Lindbergh, a MP assinada por Michel Temer viola dispositivos constitucionais. Ele ressaltou que a nova MP apenas reproduz os conteú-

dos da MP 768, que perdeu a validade por não ter sido votada a tempo. A Emenda Constitucional 32, explicou, veda a reedição, na mesma sessão legislativa, de MP rejeitada ou que tenha perdido eficácia por decurso de prazo.

Lasier recrimina ação dos irmãos Batista, dirigentes do grupo JBS

Lasier Martins (PSD-RS) citou reportagem da revista *Exame*, que trata de crimes praticados pelos dirigentes dos grupos JBS e J&F, Joesley e Wesley Batista. A matéria afirma que o grupo empresarial não é apenas o maior processador de proteína animal do mundo, mas participou de uma série de delitos que envolveram o presidente da República, Michel Temer, políticos e servidores públicos e os empresários, que devem milhões à Previdência Social.

Os donos do JBS estão envolvidos com denúncias de desmatamento ilegal e de exploração de trabalho escravo, acrescentou o senador. Na avaliação de Lasier, “as delações dos donos da JBS colocaram em xeque a permanência de Temer no Palácio do Planalto e jogou a governabilidade do país em uma grande incerteza”.

Fátima anuncia visita de senadores a obras no Rio São Francisco

Integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) visitarão as obras de transposição do Rio São Francisco no Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte na próxima semana, anunciou Fátima Bezerra (PT-RN).

— O objetivo da Caravana das Águas é fiscalizar o andamento das obras do Eixo Norte, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, e acompanhar as ações sociais derivadas do projeto de transposição — disse.

Fátima ressaltou a importância da participação de autoridades e integrantes da sociedade civil em uma mobilização para fazer com que o governo retome as obras de conclusão do Eixo Norte, paralisadas por problemas na licitação.

— Meu estado, o Rio Grande do Norte, seguramente é um dos mais prejudicados — lamentou a senadora.

Telmário cobra recursos federais para área de saúde em Roraima

O governo federal não liberou recursos para o setor da saúde em Roraima, segundo Telmário Mota (PTB-RR). O senador disse que o Orçamento da União destina R\$ 225 milhões para o estado, dos quais R\$ 107 milhões não foram liberados.

— O pior dessa situação é que, embora a saúde em Roraima esteja em estado precário, não houve repasse de verbas federais para esse setor. Já os recursos destinados ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte [Dnit] chegam normalmente. A malha produtiva no nosso estado, de modo geral, está intrafegável, mas o Dnit está pegando esse dinheiro para ampliar rodovias federais — disse.

O senador também lamentou a ausência de representantes do Incra em reunião sobre agricultura familiar, na sexta-feira, em Rorainópolis (RR).

Marcada audiência sobre rodovia que liga Manaus a Porto Velho

Por solicitação dos senadores Acir Gurgacz (PDT-RO) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a Comissão de Infraestrutura (CI) agendou para terça-feira audiência pública para debater a recente suspensão da licença de instalação para manutenção e conservação da rodovia BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.

A lista de convidados é encabeçada pelo juiz federal Hiram Pereira, que concedeu a liminar embargando a obra, além de representantes do Ministério Público Federal no Amazonas, que solicitou a liminar. Também foram chamados a participar representantes dos governos estaduais e das federações das indústrias do Amazonas e de Rondônia, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e da Fundação Nacional do Índio (Funai).

— Entendo que a presença do excelentíssimo juiz seria

da maior importância, para ele ter conhecimento do que pensam os setores produtivos nos dois estados, além do Ibama e do Dnit. Se o nobre juiz tem a disposição de assinar o embargo, não custaria nada ele vir aqui e debater conosco. O mesmo vale para o Ministério Público — argumentou Gurgacz na reunião de ontem da CI.

O senador criticou bastante o Ministério Público por ter solicitado a paralisação das obras, ressaltando que é a segunda ocasião em que elas são embargadas desde 2015, quando foram iniciadas.

— O Ministério Público não tem o menor conhecimento da importância desta BR e como vivem as pessoas nas cidades de Manicoré, Humaitá, no distrito de Realidade ou da importância que ela tem para Porto Velho. É um atraso muito grande para o nosso país essas coisas acontecerem, mais uma entre mais de 5 mil obras paralisadas no país — protestou Acir Gurgacz.



Presidente da Comissão de Infraestrutura, Acir Gurgacz preside reunião

Ana Amélia repudia ataques à jornalista Miriam Leitão

Ana Amélia (PP-RS) leu ontem a coluna da jornalista Miriam Leitão, no jornal *O Globo*, em que relata agressões sofridas em um voo de Brasília ao Rio de Janeiro. De acordo com o texto, a jornalista ouviu gritos, ameaças, xingamentos e palavras de ordem proferidos durante quase duas horas por delegados do Partido dos Trabalhadores que voltavam de um congresso.

A senadora afirmou que essa foi uma agressão não apenas à profissional, mas sim a toda a imprensa. Para ela, não é possível tolerar atos de agressão a quem pensa diferente.

— O Brasil não é a Venezuela, que cala a imprensa, o Judiciário, o MP, a sociedade e a oposição. Democracia de cidadania não é isso.



Lúcia Vânia registra debate contra trabalho infantil

Lúcia Vânia (PSB-GO) registrou ontem a audiência na Comissão de Educação (CE) sobre a erradicação do trabalho infantil, cuja importância do debate foi ampliada pela presença do indiano Kailash Satyarthi, vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 2014.

Ela lembrou que foi a autora do projeto de lei que instituiu 12 de junho como o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, data em que o restante do mundo celebra a causa.

O Brasil, acrescentou, tem se esforçado para reduzir os índices do trabalho infantil, mas os indicadores sociais são muito ruins em comparação com o padrão de renda. A senadora disse que a desigualdade está no centro da causa dos problemas do país. Para ela, a condução da política econômica não pode ficar dissociada dos programas sociais.

Ferraço lê relatório da reforma trabalhista

Na Comissão de Assuntos Sociais, relator manteve o texto da Câmara, que já foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto ainda deve passar pela CCJ antes de ir para o Plenário

O RELATÓRIO SOBRE o projeto de reforma trabalhista foi lido ontem por Ricardo Ferraço (PSDB-ES) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O senador não apresentou alterações ao texto aprovado pela Câmara, recusando as mais de 200 emendas sugeridas na comissão. Ele sugeriu vetos ao presidente da República.

A comissão deve votar o projeto (PLC 38/2017) na terça-feira. O relator apontou a necessidade de reforma da legislação trabalhista para permitir a inclusão no mercado de trabalho de 20 milhões de desempregados, 35 milhões de trabalhadores informais e 6 milhões de “desalentados”, que já nem sequer procuram mais emprego.

A oposição apresentou votos em separado (*veja ao lado*). Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo aos senadores para que busquem um texto de consenso sobre a reforma trabalhista. Ele afirmou que o Senado não pode abdicar de seu papel de Casa revisora e, portanto, tem a obrigação de promover mudanças no texto aprovado pela Câmara.

— Não estou dizendo que a gente não possa fazer uma reforma. Mas isto aqui é inaceitável. Não precisamos rejeitar na íntegra, vamos construir um substitutivo. Vamos ver o que é viável e o que não é. Vamos aprovar aqui e remeter para a Câmara dos Deputados. Se o Senado não o fizer, ele não tem mais razão de existir — disse.

Mudanças

Ferraço ressaltou que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é uma lei gestada nos anos 1940, que “não dialoga mais com as necessidades do mercado de trabalho do país” e precisa de atualização. O principal viés das mudanças propostas é a prevalência do acordado sobre o legislado.

Ferraço rebateu acusações de que o projeto é inconstitucional e retira direitos e afirmou que o texto não muda o acesso das pessoas carentes à Justiça. Na opinião do relator, o projeto se norteia pelo binômio da “flexibilização da lei com proteção ao trabalhador” e vai permitir que mais pessoas possam estar sob a proteção da legislação trabalhista.

De acordo com o relator, é inacreditável que existam segmentos que “desejam que as coisas possam continuar como estão”. Para ele, não mudar “significa dizer que estão boas para elas, mas falta solidariedade humana, fraternidade e misericórdia” para ampliar o olhar e ver para além daqueles segmentos que já estão representados pelas suas corporações. Por isso, ressaltou, cabe ao Parlamento “ser sentinela desta metade muda da força de trabalho”.

— Além de manter todos os direitos, nós estamos criando alternativas para que milhões de brasileiros possam fazer parte, com dignidade e decência, do mercado de trabalho que assegura direitos sociais e pecuniários a esses brasileiros que estão excluídos das representações e das corporações.



Marta Suplicy, presidente da Comissão de Assuntos Sociais, ouve a leitura do relatório de Ricardo Ferraço, que mantém texto aprovado pelos deputados

Oposição apresenta relatórios alternativos pedindo rejeição do projeto

Contrários ao projeto da reforma trabalhista, senadores da oposição apresentaram votos em separado (relatórios alternativos) na CAS, pedindo a rejeição total da proposta.

Após a leitura do relatório de Ricardo Ferraço, foram lidos os votos de Paulo Paim, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lídice da Mata (PSB-BA). Por sugestão de Gleisi Hoffmann (PT-PR), aceita pela presidente da CAS, Marta Suplicy (PMDB-SP), houve uma hora e meia de debates para o encaminhamento da proposta antes da votação, que ficou para a próxima semana.

O primeiro a ler o texto alternativo foi Paim, que pediu a rejeição da proposição por acreditar que ela não permitirá a criação de nenhum novo emprego. Segundo ele, o projeto torna a legislação mais agressiva contra o trabalhador e aumentará o desemprego e a pobreza ao facilitar a demissão.

O senador argumentou que a ideia de negociações coletivas e individuais se sobrepõem ao que está na legislação vai acarretar a redução de direitos conquistados ao longo de décadas. Para o senador, patrões pressionarão empregados a aceitar qualquer coisa para não serem demitidos.

— A lei é o mínimo. Tudo bem negociar acima disso. Para isso, não precisa mudar a CLT. Negociado sobre o legislado é piada em um país que tem trabalho escravo e trabalhador é assassinado — alertou.

Fraudes

Randolfe baseou o voto dele na manifestação proferida em nota conjunta por representantes de várias entidades, entre auditores fiscais do Trabalho, as-

sociações de procuradores, advogados e juízes trabalhistas, que ressaltaram, no caso de aprovação sem alterações, o aumento na prática de fraudes nas relações entre patrão e empregado.

Segundo a nota, a nova legislação permitirá, por exemplo, que trabalhadores com carteira de trabalho assinada e vínculo de emprego formalizado sejam demitidos e recontratados como autônomos ou pessoas jurídicas, prestando o mesmo tipo de serviço.

— Não bastassem os riscos dessa jornada, o projeto é mais perverso ainda, pois retira dos empregados o direito ao pagamento em dobro dos feriados trabalhados, o repouso semanal remunerado e o adicional por prorrogação de trabalho em curso — ressaltou.

O senador apontou obstáculos criados pelo projeto para o acesso do trabalhador à Justiça e o descumprimento de acordos internacionais.

— Com viés único de baratear os custos da mão da obra, esse projeto é extremamente injusto — afirmou.

Previdência Social

Para Vanessa, o projeto pode trazer “prejuízo significativo” à Previdência.

— Prêmios e abonos também não integrarão a remuneração do empregado. Não se incorporando ao contrato de trabalho, não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário, o que abre uma margem muito grande para que haja uma sonegação significativa de recolhimento de tributos que vão manter a Previdência Social — analisou.

Vanessa ainda fez críticas às propostas de trabalho intermitente e da figura do trabalhador autônomo exclusivo.

— As palavras autônomo e exclusivo

juntas são incompatíveis, porque o autônomo faz sua hora de trabalho, pega o serviço que quer, quando quer. Mas, se ele é exclusivo, só pode ter um patrão. Então, já não é mais autônomo. Isso é para não possibilitar o vínculo empregatício. E vai prejudicar não só a relação de trabalho, o trabalhador, mas a Previdência, que não receberá porque o patrão, nesse caso, não pagará os direitos trabalhistas — completou.

Sindicatos

Em seu voto, Lídice salientou o enfraquecimento da negociação coletiva e dos sindicatos. Para a senadora, o projeto revela “preconceito ideológico”.

— Esta reforma, juntando-se à retirada do imposto sindical, atinge de morte os sindicatos brasileiros — disse.

Lídice ainda apontou a perda de direitos trabalhistas conquistados há quase 30 anos. Entre eles, o pagamento das horas de deslocamento, de intervalo para almoço e do descanso não concedido, a possibilidade de controle da jornada de trabalho no caso do regime de teletrabalho e a gratificação por tempo de função de funcionários públicos e bancários, por exemplo.

— Portanto, não acreditem na propaganda mentirosa do governo quando diz que seus direitos não são retirados. Nós estamos voltando ao início do século 20, ao início do capitalismo selvagem, com essa lei que se pretende que seja aprovada pelo Senado Federal. Espero que Deus nos guarde e que a força de Santo Antônio possa impedir — concluiu.

O texto de Ferraço já foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se passar na CAS, ainda deve ser votado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ir para o Plenário.

Posição da Organização Internacional do Trabalho provoca divergência

A posição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a reforma trabalhista é mais um elemento de divergência sobre a proposta.

Ricardo Ferraço afirma no relatório que a OIT teria excluído o Brasil da lista de possíveis infratores das normas trabalhistas internacionais durante a 106ª Conferência Internacional do Trabalho, que ocorre desde o início do mês em Genebra, na Suíça, mas Gleisi Hoffmann afirmou que a posição de

Ferraço é equivocada.

Ela alegou que o projeto foi denunciado à OIT pelo Ministério Público do Trabalho durante a conferência, mas ainda não foi analisado pela organização. Gleisi pediu a anexação ao projeto de nota emitida pela OIT.

— A OIT não tem parecer sobre isso. Vai analisar e suas convenções são claras dizendo que o convencionalizado não pode se sobrepor ao legislado se for para trazer prejuízos aos trabalhadores.

Presidente da CAS, Marta Suplicy concordou com a incorporação da nota ao projeto. Ricardo Ferraço, contudo, manteve sua posição:

— Houve, sim, uma denúncia formal por parte do Ministério Público do Trabalho junto à OIT, mas não houve a inclusão do nosso país na 106ª reunião anual. A exclusão do país dessa lista é uma declaração clara de que a reforma não viola as normas trabalhistas internacionais — disse o senador.

Avança rastreamento de material radioativo

Vai a Plenário substitutivo de Cristovam Buarque a projeto da Câmara que torna obrigatória instalação de mecanismo para rastrear transporte de carga radioativa ou nuclear

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto de lei da Câmara que torna obrigatório o rastreamento de carga de material nuclear e radioativo durante o transporte. A proposta (PLC 127/2013) recebeu substitutivo do relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), e segue para votação no Plenário do Senado.

O PLC 127/2013 determina que mecanismo de rastreamento de carga seja acoplado à embalagem dos materiais nucleares e radioativos. O objetivo é evitar acidentes. Na justificativa, o episódio com o Césio 137 em Goiânia (GO), ocorrido em 1987, foi lembrado. Na época, um aparelho utilizado em radioterapia foi encontrado dentro de clínica abandonada e acabou contaminando muitas pessoas.



Davi Alcolumbre preside reunião da Comissão de Meio Ambiente que aprovou obrigatoriedade de rastrear a movimentação de carga nuclear e radioativa

Em seu relatório, Cristovam ressaltou que os materiais radioativos são nocivos ao ser humano, a outras formas de vida e à natureza em geral. No seu ponto de vista, é inegável o mérito de procurar proteger a sociedade dos riscos de acidentes nucleares, prevenindo o

emprego de instrumentos de rápida localização da carga radioativa furtada, roubada ou extraviada.

José Medeiros (PSD-MT) tentou convencer o relator a deslocar, via emenda de redação, a instalação do rastreador da carga para o

veículo. Cristovam rejeitou a sugestão argumentando que é importante monitorar esse tipo de material não só durante o transporte, mas também nos locais onde será utilizado e, posteriormente, descartado.

Já Roberto Muniz (PP-BA) se mostrou perplexo diante

da necessidade de colocar em lei a exigência de monitoramento de uma carga nuclear ou radioativa. A observação levou Cristovam a concordar que, “de fato, não deveria ser necessária uma lei para se fazer algo que é quase uma obrigação moral”.

País poderá ter usina híbrida com fonte renovável

A legislação do sistema elétrico poderá ser alterada para permitir que usinas híbridas com fontes renováveis sejam inseridas no rol das que podem fazer parte de leilões de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). A medida está prevista em projeto (PLS 107/2017) de Hélio José (PMDB-DF), aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA), e que segue para a Comissão de Infraestrutura (CI).

Com os ajustes de redação propostos pelo relator, Roberto Rocha (PSB-MA), são

definidos como empreendimentos híbridos aqueles que utilizam mais de um tipo de fonte de geração de energia. O texto também estabelece que empreendimentos de geração existentes com fonte renovável ficam autorizados a elevar sua garantia física com o acréscimo de capacidade de geração de energia elétrica a partir de outros tipos de fontes renováveis.

Na justificativa da proposta, Hélio José faz referência ao Acordo de Paris, assinado pelo Brasil em 2015 e cujo objetivo é a adoção de medidas para

manter o aumento da temperatura média global a menos de 2 graus centígrados acima dos níveis anteriores à Revolução Industrial. O autor observa que, no âmbito dos compromissos assumidos pelo Brasil no setor de energia, um dos objetivos a serem alcançados é uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética nacional. Segundo ele, isso implica expandir o uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, para uma participação de 28% a 33% até 2030.

Senadores devem apurar crime ambiental no Amapá

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou requerimento conjunto do presidente da comissão, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) para investigação de denúncia de desastre ambiental em Vitória do Jari, no sul do Amapá.

Os senadores propõem uma audiência pública e uma auditoria ambiental na fábrica Jari Celulose. A fábrica fica no

Pará, mas com consequências ambientais para o Amapá.

A CMA também decidiu realizar na próxima quarta-feira, às 9h, a sabatina de Ricardo Medeiros de Andrade, indicado a diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). Roberto Muniz (PP-BA) ontem apresentou o relatório sobre a indicação.

A comissão rejeitou duas propostas. Uma foi o PLS 317/2014, que autoriza a concessão de

empréstimos subsidiados a empresas que comprem bicicletas ou construam bicicletários para os funcionários. O projeto segue para decisão final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A segunda foi o PLS 749/2015, que permite o saque do FGTS em caso de desastre natural ou crime ambiental de larga proporção, e vai agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Comissão aprova incentivo à atração de turistas estrangeiros

Um projeto que autoriza o governo federal a criar Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET) foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). A intenção do PLS 129/2016, de Roberto Rocha (PSB-MA), é aumentar o fluxo de turistas estrangeiros. A proposta recebeu parecer favorável, com emendas, de Benedito de Lira (PP-AL) e segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Com regime jurídico próprio, essas áreas vão dispor de benefícios tributários e administrativos e serão criadas por decreto federal. As propostas de estados ou municípios precisam ser aprovadas pelo Conselho Nacional das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico, responsável pela definição da política e das normas. Segundo o projeto, as propostas em área geográfica privilegiada para a recepção de turistas estrangeiros terão prioridade. Além disso, precisam atender outros requisitos,

como facilidade de acesso a portos e aeroportos internacionais e viabilidade técnica e econômico-financeira.

Os prestadores de serviços autorizados a operar nessas áreas poderão comprar, dentro ou fora do Brasil, bens e serviços com isenção de vários impostos e contribuições pelo período de 20 anos. Mas eles têm que assumir o compromisso de manter, a partir do terceiro ano de funcionamento, 10% de sua receita bruta decorrente do atendimento ao turismo estrangeiro. A parte nacional está sujeita a tributação. Há prazos para implantação do projeto, além de multas e pagamento das isenções pelo descumprimento.

Uma das emendas do relator suprime o licenciamento ambiental simplificado. Ele justifica que essa simplificação colocaria em risco a competitividade do setor, pois boa parte da atração ao turismo estrangeiro decorre da presença de meio ambiente equilibrado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão vai discutir, por sugestão de Ferraço, medidas para tentar reduzir os prejuízos causados ao mercado de ações e de câmbio por movimentos de executivos do grupo

Audiência debaterá impactos de delações da JBS

OS IMPACTOS DA delação premiada firmada por Joesley e Wesley Batista, executivos do grupo JBS e de sua controladora, a J&F Participações, com o Ministério Público Federal (MPF) serão tema de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O debate, em data a ser divulgada, tratará das medidas para reduzir os prejuízos causados ao mercado de ações e aos demais acionistas das empresas do grupo, um dos líderes globais da indústria de alimentos (marcas como Friboi, Swift e Seara), com presença em mais de 20 países e mais de 230 mil empregados no mundo.

Aprovado ontem pela CAE, o requerimento para a audiência foi proposto por Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que sugeriu a participação de três convidados: o presidente da Caixa Econômica, Gilberto Magalhães Occhi; o diretor do BNDES, Ricardo Ramos; e o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Leonardo Porciúncula Pereira.

Na justificativa, Ferraço observa que, por meio do acordo de colaboração premiada, posteriormente homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), os executivos confessam “ampla gama de ilícitos”, assumindo o compromisso de apresentar provas das ilicitudes e pagar multa no valor de R\$ 225 milhões.

“Além dos impactos políticos, o acordo causou também forte abalo no mercado de capitais

e de câmbio. Desde o início de maio, as ações da JBS se desvalorizaram fortemente, com perdas acima de 23%. Ao mesmo tempo, surgiram denúncias de que, nos dias anteriores, a empresa teria atuado de forma atípica no mercado de câmbio e na venda de ações para si mesma, nesse caso em valor que chegaria a R\$ 329 milhões”, destacou Ferraço.

Para o senador, os movimentos do grupo nos mercados acionário e de câmbio sinalizam que os controladores podem ter agido não apenas para proteger o valor da empresa, mas por motivos que podem ter causado danos aos demais acionistas e, em última instância, aos próprios empregados do conglomerado JBS.

Participação

O senador chama ainda a atenção para o fato de o governo federal deter hoje participação de 26,24% na JBS S.A., por intermédio da BNDES Participações S.A. (BNDES-Par), e da Caixa, resultado de “bilionários investimentos” realizados nas últimas décadas. A seu ver, essas são razões que também justificam debater a delação e seus impactos.

Ferraço observou que a CVM já anunciou a instauração de sete processos administrativos para apurar diferentes aspectos relacionados à empresa JBS S.A. — a exemplo da conduta de seus controladores, a possível prática de *insider trading* (uso de informações



Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, José Agripino, Ciro Nogueira, José Medeiros, Ronaldo Caiado e Ataídes Oliveira na CAE

privilegiadas) em negócios nos mercados de câmbio e ações — e a atuação do Banco Original, controlado pelo grupo, no mercado de derivativos.

Dados pessoais

Outra audiência aprovada pela CAE, também a pedido de Ferraço, debaterá os impactos econômicos e sociais decorrentes da implantação, pelo Estado, de um marco regulatório de proteção de dados pessoais. Em data também a ser divulgada, especialistas do Brasil e do exterior serão convidados para tratar de tema que, na visão do proponente, merece especial atenção por parte do Estado.

Como observa Ferraço, dados pessoais não podem ser vistos como mero insumo da

atividade empresarial, pois frequentemente se referem a aspectos sensíveis e íntimos. “O uso indevido desses dados podem constituir grave violação aos preceitos constitucionais que garantem a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas”, argumenta no pedido.

Lei Kandir

A CAE também aprovou requerimento de Wellington Fagundes (PR-MT) para a realização de seminário, em 10 de julho, em Cuiabá, para debater propostas para alterar a Lei Kandir, com objetivo de assegurar justa compensação a estados e municípios pela perda de receitas decorrentes da desoneração do ICMS nas

exportações. Um dos projetos (PLS 288/2016 — Complementar) é do próprio Wellington.

A CAE também rejeitou dois projetos. O primeiro foi PLS 491/2013, do ex-senador Mário Couto, que prevê concessão de seguro-desemprego para catadores registrados de caranguejos e mariscos. O texto segue para decisão final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O outro, o PLS 543/2015 — Complementar, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que determina o acolhimento em todas as instâncias de atos normativos expedidos por autoridades administrativas, será decidido em Plenário.

Por falta de quorum, foi adiada a votação dos projetos que teriam decisão final na CAE.

Indicações para o Cade e a Comissão de Valores Mobiliários vão a Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o nome de Alexandre Barreto de Souza para o cargo de presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Ele recebeu 16 votos favoráveis e 4 contrários. Os senadores aprovaram também, com 17 votos a favor e 2 contra, a indicação de Maurício Oscar Bandeira Maia para conselheiro da entidade. Na mesma reunião, e igualmente com o placar de 17 a 2, Gustavo Machado Gonzalez teve a designação autorizada para a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os três indicados ainda passarão pela análise do Plenário.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) questionou o fato de Alexandre de Souza ser chefe da equipe técnica do ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU), responsável por emitir parecer sobre as contas do governo de Michel Temer em 2016.

— O senhor foi indicado justamente pelo presidente Temer para o comando do Cade e é o chefe de gabinete da equipe que elabora o relatório. Não vê conflito nessa situação? — perguntou o senador.

O sabatinado informou ser funcionário concursado, no serviço público há 24 anos, e negou a existência de conflito de interesses. Alexandre de Souza disse que o sistema de atuação do TCU impede que um único agente tenha participação decisiva em qualquer acórdão da corte.

— São dezenas de profissionais envolvidos até que o caso chegue à análise dos nove ministros. Não trabalhei diretamente nesse processo de contas no gabinete, mas poderia ter

trabalhado, sem problema. Garanto que uma simples indicação minha para qualquer cargo da administração pública não influenciaria decisão do tribunal — assegurou.

Investimento

O outro indicado para o Cade, Maurício Maia, atua no Ministério Público junto ao TCU. Ele afirmou que, “com apenas 200 funcionários e um enxuto orçamento de R\$ 20 milhões, o conselho conseguiu re-

colher R\$ 700 milhões aos cofres da União no ano passado, por meio de multas e acordos”.

O Cade é uma autarquia vinculada ao Ministério da Justiça. Entre as suas atribuições, previstas na Lei 12.529/2011, estão zelar pela livre concorrência e investigar e decidir sobre infrações contra a ordem econômica.

Complexidade

Indicado para a diretoria da CVM, o advogado Gustavo Gonzalez destacou que o mercado brasileiro se sofisticou e oferece uma gama de produtos muito mais ampla e complexa do que há duas décadas. A CVM é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprios e autoridade administrativa independente. Sua missão é fiscalizar e disciplinar o mercado de valores mobiliários no Brasil.

— A inovação é positiva e deve ser estimulada; por outro lado, aumenta a complexidade dos produtos financeiros e é preciso que eles sejam compreendidos, inclusive seus riscos. A crise de 2008 mostrou a importância de o regulador estar atento a esses novos produtos — opinou.



Maurício Maia (D) é ouvido por Alexandre de Souza (E), Gustavo Gonzalez, Tasso e Garibaldi

Eunício inclui Senado em ação global contra o trabalho infantil

Presidente da Casa assinou a adesão da instituição à campanha 100 Milhões por 100 Milhões, idealizada pelo indiano vencedor do Nobel da Paz Kailash Satyarthi, que visitou o Senado ontem

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, assinou ontem documento incluindo a instituição na campanha 100 Milhões por 100 Milhões, movimento internacional de combate ao trabalho infantil e à exclusão escolar.

O convite para que o Senado se aliasse à iniciativa veio do próprio criador da campanha, o vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2014, o indiano Kailash Satyarthi, que visitou ontem o Congresso, e do coordenador-geral da ação no Brasil, Daniel Cara. Eles também convidaram Eunício a participar de um movimento que pretende levar os

parlamentares, em outubro, à primeira escola onde estudaram. A intenção é avaliar o que mudou e incentivar as crianças de hoje a buscar um futuro melhor por meio da educação.

Eunício lamentou que a escola em que estudou, em Iborepi, distrito de Lavras da Mangabeira (CE), não funcione mais. O presidente do Senado contou sua trajetória partindo de Iborepi, aos 13 anos, passando por Fortaleza, onde se formou em economia, até chegar a Brasília, onde concluiu mais dois cursos universitários.

Ele disse que buscou o conhecimento para alcançar



Eunício, entre as senadoras Lídice e Fátima, assina adesão do Senado à campanha mundial idealizada por Satyarthi (E)

objetivos pessoais, sendo hoje o presidente de um dos três Poderes da República:

— Digo isso para mostrar como uma criança simples buscou na própria formação se estabelecer e chegar até aqui. Sou um exemplo vivo de como a educação pode transformar uma pessoa e a sociedade.

Satyarthi se disse impressio-

nado com o relato e feliz por estar lançando a campanha no Brasil. O objetivo é mobilizar 100 milhões de pessoas a lutar pelos direitos de 100 milhões de crianças que vivem na extrema pobreza, sem acesso à saúde, educação e alimentação, em situação de trabalho infantil e insegurança.

O país é o terceiro a ingressar

na campanha. Durante três anos, o movimento percorrerá diferentes países até chegar a 100 nações engajadas.

No fim do encontro, Eunício foi presenteado com um kit de escritório de material reciclado feito por crianças resgatadas do trabalho infantil.

Da Assessoria da Presidência do Senado

Nobel da Paz defende maior investimento em educação para livrar crianças da exclusão

Antes da assinatura da adesão do Senado à campanha 100 Milhões por 100 Milhões, Kailash Satyarthi participou de audiência pública na Comissão de Educação e Cultura (CE). No evento, destinado a lançar a campanha e debater a Semana de Ação Mundial 2017 (iniciativa global em defesa do direito à educação), o indiano defendeu o aumento dos gastos em educação como caminho para erradicar o trabalho infantil e a miséria no mundo.

De acordo com Satyarthi, a pobreza causa o trabalho infantil e o analfabetismo perpétuo. Ele chamou a atenção para a coincidência numérica do Brasil: há 2,7 milhões de crianças que trabalham e 2,5 milhões de crianças fora da escola:

— Há uma relação triangular entre pobreza, analfabetismo e trabalho infantil. Eles são consequências uns dos outros. Temos que lidar com esses três problemas simultaneamente.

O ativista disse ainda que

nenhum país pode sair da pobreza sem investir em educação. Segundo ele, 60 milhões de crianças no mundo nunca foram à escola e mais de 200 milhões deixaram a escola. Satyarthi argumentou que o custo com educação básica representa 4,5% dos gastos globais com guerra e armamentos.

— Não precisamos falar sobre pobreza. Precisamos falar sobre compaixão com nossas crianças. Precisamos falar sobre prioridades em relação ao futuro das nossas nações, sobre investimento em educação.

Efeitos da crise

Os participantes da audiência mostraram que o trabalho de crianças entre 5 e 9 anos vem crescendo no país desde 2013, devido à crise econômica.

Representante no Brasil da campanha 100 Milhões por 100 Milhões, o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, afirmou que o país falhou

no compromisso que fez com a ONU de erradicar o trabalho infantil em condições degradantes até 2016 e que, no ritmo em que está, também vai falhar no compromisso de acabar com qualquer trabalho infantil até 2025. Ele criticou ainda as políticas de austeridade do governo e o descumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê investimentos crescentes em ensino no país:

— Falar de erradicação do trabalho infantil, do fim da exploração de crianças e adolescentes, significa assumir materialmente o desafio dessa agenda. Isso significa ter a capacidade de propor uma nova política econômica.

De acordo com o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Alessio Lima, a falta de regulamentação do Custo Aluno-Qualidade (índice que calcula o gasto ideal por aluno da rede pública) tem prejudicado os municípios, que estão

recebendo, em média, um terço a menos do que deveriam receber da União e dos estados para a educação infantil.

Para a secretária de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social, Maria do Carmo Falcão, é preciso olhar para as conquistas que o país já teve, com programas como o Bolsa Escola, e mobilizar as pessoas pela erradicação do trabalho infantil.

— O trabalho infantil não vai se erradicar naturalmente. Esse finalzinho é resistente e precisa da força geral.

De acordo com Isa Oliveira, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2,7 milhões de crianças entre 5 e 17 anos trabalham, sendo 1 milhão no campo e 1,7 milhão na cidade. No entanto, há um crescimento entre as crianças de 5 a 9 anos, nos últimos três anos, que trabalham com suas famílias no campo, segundo o IBGE. Ela também chamou a atenção para os acidentes de trabalho.

— Esse cenário é preocupante porque, com frequência, no Parlamento brasileiro, enfrentamos projetos que diminuem a idade mínima de ingresso no trabalho — afirmou.

De acordo com Isa, para garantir educação de qualidade, é preciso eliminar o trabalho infantil, que causa baixo rendimento escolar e eleva a repetência e o abandono da escola.

O chefe de Parcerias e Educação da Unicef, Ítalo Dutra, relatou que, em 2005, havia 11% de crianças entre 4 e 17

anos fora das salas de aula. Em 2015, o índice caiu para 6,5%. Porém, ressaltou, o desafio da universalização da educação básica no país ainda não está superado.

Prioridade invertida

Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que o país precisa despertar para a corrupção das prioridades. O senador criticou as obras de estádios e de prédios públicos luxuosos em vez do investimento em educação. Ele também defendeu que haja uma pessoa responsável por alcançar a meta de erradicação do trabalho infantil no país.

— Ninguém até hoje tem a responsabilidade de enfrentar esse problema — lamentou.

A presidente da CE, Lúcia Vânia (PSB-GO), concordou com Cristovam, dizendo que é preciso haver uma pessoa responsável pela erradicação do trabalho infantil, com estabelecimento de metas.

Fátima Bezerra (PT-RN), que requereu a audiência, se mostrou preocupada com a política de austeridade que o país está vivendo. Segundo a senadora, o Brasil está na contramão com a Emenda Constitucional 95, que impôs teto aos gastos públicos.

Regina Sousa (PT-PI) condenou um estupro coletivo no Piauí. A senadora disse que visitou as famílias da vítima do estupro, do namorado da moça estuprada, que foi assassinado, e dos adolescentes que a estupraram. Ela contou que percebeu a ausência do Estado na vida das famílias.



Presidente da CE, Lúcia Vânia (3ª à esq.) conduz debate sobre campanhas pelo direito à educação e contra trabalho infantil